

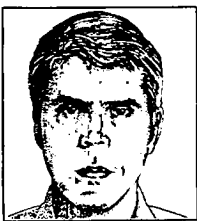
Jorge Fagundes*

30 JUL 2007

GAZETA MERCANTIL

Desenvolvimentistas e neoliberais

A controvérsia se resume em saber quais os melhores meios para o crescimento



O debate acerca das medidas necessárias à aceleração do crescimento da economia brasileira não é recente. Dentro da necessidade de simplificar tal debate junto à opinião pública não especializada, é usual o surgimento de adjetivos para a designação de diferentes grupos de economistas com suas respectivas idéias sobre o diagnóstico dos problemas nacionais e propostas de soluções.

Em que pese a importância da simplificação para o entendimento das controvérsias a respeito da política econômica brasileira, muitas vezes os termos empregados para identificar cada corrente de pensamento acabam gerando mais calor do que luz.

De fato, todos os economistas são desenvolvimentistas, no sentido de que não é crível imaginar que haja especialistas pregando uma menor taxa de crescimento para a economia nacional como um objetivo primário. Sendo assim, a base comum que unifica as distintas propostas de políticas públicas hoje no Brasil é o desejo de que as mesmas promovam mais crescimento com redução das desigualdades sociais. É também consenso que a base para a obtenção de um maior crescimento sustentado é o incremento da taxa de investimento como proporção do PIB.

A controvérsia, portanto, pode ser resumida às divergências quanto aos mecanismos pelos quais é possível se lograr alcançar o aumento permanente do investimento produtivo, em termos de capital físico e humano.

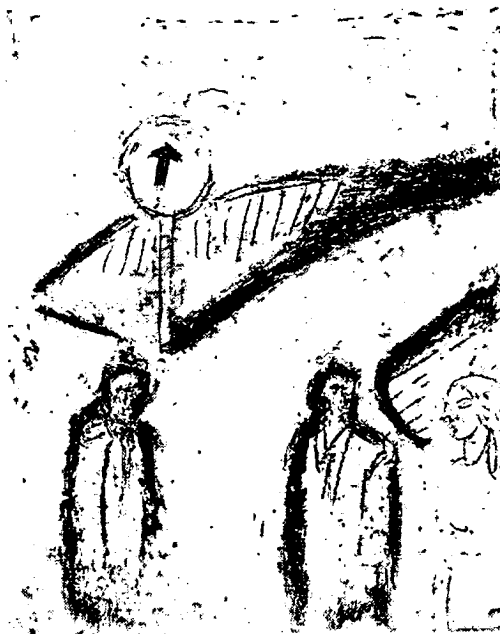
De um lado, há aqueles que propõem uma intervenção mais ativa do Estado na economia, que se daria, no campo macroeconômico, por meio de uma política fiscal mais ousada em ter-

mos de gastos, de uma política monetária mais agressiva na redução da taxa de juros nominal e de uma política cambial voltada para a contenção da valorização do real frente ao dólar; e, no campo microeconômico, pela maior presença do governo na esfera produtiva, seja via empresas estatais, seja pela canalização de recursos públicos para empresas privadas, na forma de algum tipo de subsídio, em determinados setores considerados estratégicos.

Em geral, essa corrente é chamada, equivocadamente, de desenvolvimentista, sendo seus defensores céticos em relação às chamadas reformas microeconômicas e à maior abertura comercial e financeira do País. Para esse tipo de desenvolvimentista — “desenvolvimentistas estatais” —, mais “Estado” é a solução para os problemas nacionais, o investimento público é fundamental para a sustentação do crescimento e o setor privado sozinho é incapaz de conduzir o desenvolvimento do País, dentro de um contexto de desconfiança generalizada quanto à capacidade de uma economia de mercado atender aos interesses sociais.

De outro lado, existem os denominados neoliberais, cujas propostas estão fundadas na contenção do papel do Estado na economia nacional. Para esse outro tipo de desenvolvimentista, o Estado brasileiro é historicamente ineficiente e superdi-

mensionado, sufocando a iniciativa privada com uma elevada e crescente carga tributária e distorcendo preços relativos por meio de subsídios e proteção para determinados setores. A partir desse diagnóstico, o Estado — na sua forma atual — é o principal problema do País. Para os “desenvolvimentistas neoliberais”, a aceleração sustentada do crescimento econômico depende, portanto, da readequação das funções e do tamanho do Estado



brasileiro, de interventor para regulador e fiscalizador das atividades privadas, sobretudo por intermédio de políticas de defesa da concorrência e agências regulatórias independentes.

Na área macroeconômica, defendem a redução — e a maior eficiência — do gasto público e da carga tributária, bem como uma política monetária mais cautelosa, tendo em vista a longa experiência brasileira com elevadas taxas de inflação, e a redução do superávit em conta corrente, inclusive com maior

abertura comercial, como forma de se evitar uma excessiva valorização do real. Na esfera microeconômica, sustentam a retomada das reformas microeconômicas nas áreas de educação, previdência pública, trabalhista, justiça, concorrência e regulação, com o objetivo de liberar as forças produtivas privadas e canalizar as energias do Estado para as funções distributivas e fiscalizadoras. O objetivo é criar um ambiente propício ao investimento privado, tendo como base a redução da carga fiscal, a concorrência, a segurança jurídica dos contratos e a oferta de capital humano qualificado. A economia de mercado é vista como principal motor de geração de riquezas, cabendo ao Estado a importante tarefa de coibir abusos do poder econômico e de redistribuir renda.

Vê-se, portanto, que ambas as correntes desejam o desenvolvimento do País, residindo suas divergências não nos objetivos finais a serem perseguidos, mas nos instrumentos a serem utilizados. Evidentemente, além da questão técnica, existe um conflito ideológico, associado a diferentes visões de mundo. Desenvolvimentistas-estatais, ao privilegiarem a esfera do Estado como fonte de soluções, acabam reduzindo o espaço da livre iniciativa e gerando incentivos para que indivíduos e grupos se esforcem para obter rendas do Estado. Já desenvolvimentistas-neoliberais apostam no indivíduo e na canalização de suas energias por meio de mecanismos de mercado, corretamente monitorado por meio de ações regulatórias. Cabe à sociedade brasileira decidir em que mundo quer viver.

* Consultor